

ESPECIAL ELEIÇÕES EUROPEIAS 2024

O PARLAMENTO EUROPEU E OS GRUPOS
POLÍTICOS

Edição Especial

No dia 9 de junho de 2024 terão lugar as eleições, em Portugal, para o Parlamento Europeu (“**PE**”). Estas eleições, que ocorrem a cada cinco anos, permitem aos cidadãos dos países da União Europeia (“**UE**” ou “**União**”) eleger o(a)s deputado(a)s – também conhecidos por “eurodeputados” – que os representarão no Parlamento Europeu durante a legislatura 2024-2029.

Representando os interesses de cerca de 450 milhões de europeus, os 720 deputados eleitos - mais 15 em comparação com as eleições anteriores -, como legisladores (e não só), terão grande influência sobre as políticas da UE.

O voto permite aos cidadãos influenciar o rumo da resposta da União aos desafios globais que enfrenta.

Pela indiscutível importância de que se revestem estas eleições, a Cruz Vilaça Advogados publicará até ao mês de junho uma série de newsletters informativas sobre o tema para que melhor se compreenda o que são e o que representam as eleições europeias.

Esta primeira nota informativa aborda o papel do PE, a sua constituição, as suas funções e de que forma está organizada a instituição.

O Parlamento Europeu: funções e representação

O PE, como acima se refere, é uma das designadas instituições da União (artigo 13.º do Tratado sobre a União Europeia, “**TUE**”), exercendo, juntamente com o Conselho de Ministros da UE, a função legislativa. Cumpre-lhe por isso avaliar as propostas da Comissão, discuti-las nas comissões especializadas e, de acordo com regras de votação bem estabelecidas, aprovar (ou rejeitar) essas propostas, que se transformarão ou não em atos jurídicos da UE.

Além da função legislativa, o PE tem ainda as seguintes competências:

É autoridade orçamental (artigo 14.º, n.º 1, do TUE), cumprindo-lhe aprovar o orçamento anual da UE, de acordo com um modelo decisório específico. Exerce ainda funções de controlo político das restantes instituições e funções consultivas.

Compete-lhe ainda, nomeadamente, eleger o Presidente da Comissão Europeia (artigo 14.º, n.º 1, do TUE) e o restante elenco do Colégio de Comissários.

Funciona como uma Assembleia representativa, que acolhe, em nome da UE, líderes e dignatários do mundo inteiro, em sessões solenes e reuniões com os seus membros e responsáveis.

Finalmente, tem o importantíssimo poder de demitir a Comissão Europeia, através da aprovação de uma moção de censura (algo que, embora presente nos Tratados europeus desde a sua criação, nos anos 50 do século passado, nunca se produziu).

Desde o Brexit, o Parlamento Europeu é composto por 705 deputados (num máximo de 750, nos termos do artigo 14.º, n.º 2, do TUE). Nas próximas eleições, de forma a ter em conta as mudanças demográficas ocorridas em alguns Estados-membros, **serão eleitos 720 eurodeputados**.

A representação dos cidadãos de cada Estado-membro baseia-se no **princípio da proporcionalidade degressiva**, o que significa que os Estados-membros maiores, embora elegendo mais deputados do que os Estados-membros mais pequenos, têm uma representação menor em percentagem da população. O número mínimo de eurodeputado(a)s de cada país é de seis e o máximo de 96 (artigo 14.º, n.º 2, do TUE). No caso de Portugal, serão eleitos 21 eurodeputados, como já sucede.

Nas votações, aplicam-se as regras previstas no Regimento da instituição, sendo que as decisões podem ser tomadas por maioria simples, por maioria dos membros presentes, por maioria dos membros eleitos ou por maioria qualificada, dependendo dos assuntos em causa.

Desde 1979, **os deputados ao Parlamento Europeu são eleitos por sufrágio universal direto e por cinco anos** (artigo 14.º, n.º 3, do TUE). O Parlamento é a única instituição da UE diretamente eleita pelos cidadãos da União.

Com algum grau de analogia com o que sucede nos Estados-membros – sem ser exatamente igual, bem entendido –, é com base nas propostas dos partidos políticos europeus que o líder do executivo da UE (o/a Presidente da Comissão Europeia) é eleito; trata-se do sistema chamado de "*spitzenkandidat*" (que será objeto de uma newsletter própria), o mesmo sucedendo, como acima se referiu, aos restantes membros do Colégio, e à nova Comissão no seu todo, após exigentes audições com cada um dos candidatos, que não raramente levam à sua rejeição e consequente substituição.

Quais são os grupos políticos do Parlamento Europeu?

Uma vez eleitos, os eurodeputados têm assento em grupos políticos com base em convicções comuns. Isto é, reúnem-se nesses grupos e não por nacionalidades.

É a partir dessa divisão em grupos políticos que os eurodeputados dão forma e decidem sobre temas políticos, económicos e sociais importantes que influenciam todos os aspetos da vida na União, em defesa também dos valores da UE (respeito pelos direitos humanos, liberdade, democracia, igualdade e Estado de Direito, entre outros – artigo 2º do TUE).

Assim, embora as eleições europeias sejam disputadas por partidos políticos nacionais com base em eleições realizadas em cada um dos países europeus, a maioria dos eurodeputados opta por integrar grupos políticos europeus, transnacionais, em função das suas afinidades políticas. Alguns eleitos, poucos, podem integrar um grupo sem identidade política própria, designado como "Não inscritos".

Importa ainda referir que a maior parte dos grupos políticos integra igualmente partidos políticos europeus assim constituídos (isto é, no fundo são uma emanação destes). Importa ter sempre presente essa distinção.

Além disso, os deputados europeus integram uma (ou mais) das vinte comissões especializadas da instituição, onde todos os assuntos são debatidos e os diferentes diplomas e tomadas de posição tomam forma, antes de serem apresentados ao plenário, para debate e decisão final (podendo sempre regressar às comissões).

Cada grupo político tem um mínimo de 23 deputados provenientes de, pelo menos, um quarto dos países da UE (mínimo de sete deputados). Na presente legislatura, existem sete grupos políticos no PE.

O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) (“PPE”), fundado em 1976, é o maior e mais antigo dos grupos políticos no PE. Promove as políticas de centro-direita, empenhado em construir uma Europa mais justa, competitiva e democrática, bem como uma Europa autoconfiante, que reconhece a sua história e património únicos e defende o seu estilo de vida. Tem sido ao longo das décadas, quase sempre em aliança (tácita) com o Grupo dos Socialistas, o pilar fundamental do funcionamento da instituição e o garante da sua estabilidade. Neste grupo integra-se o PSD e o CDS portugueses. A CDU alemã faz parte deste grupo, o mesmo acontecendo aos Republicanos franceses, entre muitos outros partidos europeus.

O Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu (“SDE”) defende uma sociedade europeia inclusiva, baseada nos princípios de liberdade, igualdade, solidariedade, diversidade e justiça. Luta pela justiça social, o emprego e o crescimento, os direitos do consumidor, o desenvolvimento sustentável, a reforma do mercado financeiro e os direitos humanos. É também dos grupos mais antigos da instituição, e integra a generalidade dos partidos da esquerda e centro-esquerda democrática, constituindo com o PPE uma maioria de estabilidade e moderação que tem resistido, pelo menos até agora, às investidas mais ou menos radicais que por vezes emergem na Europa. Os deputados eleitos pelo PS em Portugal integram este grupo. Há 26 grupos nacionais no SDE.

O Grupo Renew Europe é um grupo político liberal e pró-europeu, recentemente criado, sucessor do Grupo Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa. Tem por missão renovar a Europa, construir uma Europa livre e justa. Situando-se algures no centro político, as suas alianças têm sido sobretudo com os partidos dominantes. A IL portuguesa integra este partido, ainda que não tenha de momento qualquer deputado europeu eleito. São membros deste partido, por exemplo, o Ciudadanos espanhol, o Renaissance francês (de Macron) ou o Fianna Fáil Party irlandês.

O Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (“V/AL”) agrupa no PE, desde 1984, partidos ambientalistas. Considera que a Europa representa uma casa e um futuro comuns. Defende a proteção do ambiente, a igualdade de oportunidades, a justiça social e uma Europa aberta e democrática, na qual os cidadãos participem na política e não sejam suplantados por interesses corporativos. A sua vocação acaba por o fazer aliar-se aos grupos políticos mais à esquerda, mantendo sempre um discurso ecológico e de causas muito marcado. Portugal tem um deputado neste grupo. Nele participam partidos como a Esquerda Republicana da Catalunha ou o Die Grünen alemão.

O Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (“CRE”) defende que a UE tem um papel a desempenhar no século XXI, mas que se deve centrar na cooperação entre os seus Estados-membros e em encontrar soluções práticas para os problemas e desafios da década de

2050, e não da de 1950. É um partido, como o nome indica, conservador, tradicionalmente antifederalista, que agrupa alguns velhos partidos tradicionais neste espaço político com novos partidos, sobretudo da Europa de leste. No seu ideário defende-se que a UE deve mudar, pois tornou-se “demasiado centralizada, demasiado ambiciosa, e distante dos cidadãos comuns”. Do grupo fazem parte partidos como o PiS polaco (“Direito e Justiça”) ou os Fratelli d’Italia, e ainda o VOX espanhol. De acordo com Viktor Orbán, líder do Fidesz (Hungria), aquele partido deixará o PPE após as próximas eleições para se juntar ao CRE.

O Grupo Identidade e Democracia preconiza uma cooperação aberta, transparente, democrática e responsável entre Estados europeus soberanos, rejeitando a burocratização da Europa e a criação de um superestado europeu centralizado único. Dele fazem parte a AfD alemã, o Rassemblement National de Marine Le Pen e a Lega de Salvini. É o grupo mais à direita no espectro político no PE e aquele que as sondagens preveem que mais possa crescer nas próximas eleições.

Finalmente, o Grupo da Esquerda no Parlamento Europeu (“GUE/NGL”) é confederal, no sentido de respeito pela diversidade de identidades e opiniões dos deputados. O Grupo empenha-se na paz, solidariedade, justiça social, igualdade, democracia e direitos humanos. São quatro os deputados portugueses que o integram, oriundos de dois partidos distintos, o PCP e o BE. Dele participam partidos e movimentos como La France Insoumise ou o Syriza grego.

Atualmente, Portugal conta com sete eurodeputados do PPE, nove da SDE, um eurodeputado dos V/AL e quatro do GUE/NGL.

O Parlamento Europeu é presidido por um deputado eleito pelos seus pares, que tem como função velar pelo cumprimento do Regimento, supervisionar as várias atividades e comissões parlamentares, representar a instituições no exterior e em matéria jurídica e aprovar, no final, o orçamento europeu.

A Presidente do PE no atual mandato (de dois anos e meio, que terminam com as eleições de junho) é a italiana Roberta Metsola, nacional de Malta.

